



Estratégias coletivas de comercialização de açaí e ambiguidade discursiva em torno da sustentabilidade no nordeste Paraense

Collective strategies of commercialization of açaí and discursive ambiguity around sustainability in northeastern Pará

Renato dos Prazeres RODRIGUES^{1*}, Monique MEDEIROS²

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA), Cametá, PA, Brasil.

² Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil.

* E-mail de contato: renatoadp13.rr@gmail.com

Artigo recebido em 4 de março de 2022, versão final aceita em 12 de agosto de 2022, publicado em 24 de novembro de 2023.

RESUMO: No Nordeste Paraense, a redução da biodiversidade em ecossistema de várzea, provocada pelas práticas de manejo intensivo do açaí, gera consequências socioambientais diversas. Algumas organizações sociais envolvidas no circuito de comercialização do açaí, alegando a importância de reverter essa situação, vêm construindo junto aos seus associados práticas e discursos apresentados como mais sustentáveis. Tendo em vista a complexidade dessas construções, o objetivo desse trabalho foi verificar dissonâncias e consonâncias entre discursos e práticas referentes à sustentabilidade socioambiental, propagadas por lideranças dessas organizações sociais e agricultores ribeirinhos, envolvidos na comercialização de açaí da Ilha Guajará de Baixo, em Cametá – PA. Para esse fim, entrevistas semiestruturadas foram direcionadas a três agricultores ribeirinhos vinculados a associações locais e dezesseis não-associados, bem como a dois representantes de dispositivos coletivos atuantes na organização e comercialização do açaí agroextrativista. As entrevistas foram gravadas e transcritas e o uso do *software Iramuteq* foi mobilizado com o intuito de facilitar a análise do discurso desses interlocutores. As contribuições teóricas da Perspectiva Orientada ao Ator e suas pedras angulares fundamentaram as análises. Os resultados obtidos relevam que, se por um lado, o estímulo à configuração da sustentabilidade por parte dos dispositivos coletivos leva a práticas de manejo dos açaiuais mais preocupadas com o uso devido do meio biofísico pelos agricultores ribeirinhos associados a tais dispositivos, por outro lado, as pressões dos mercados por altas produções vêm desencadeando estratégias de comercialização dissociadas do discurso de sustentabilidade criado por esses atores sociais.

Palavras-chave: sustentabilidade socioambiental; Amazônia; perspectiva orientada ao ator; organizações sociais.

ABSTRACT: In northeastern Pará, the reduction of biodiversity in the floodplain ecosystem, caused by intensive açai management practices, generates various socio-environmental consequences. Some social organizations involved in the açai commercialization circuit, which expressed the need to reverse this situation have developed practices and discourses with their associates that are presented as more sustainable. In view of the complexity of these constructions, the present study aimed to verify dissonance and consonance between discourses and practices related to socio-environmental sustainability, propagated by leaders of these social organizations and riverine farmers, involved in the commercialization of açai from Guajará de Baixo Island, in Cametá– PA. Thus, semi-structured interviews were conducted with three riverside farmers linked to local associations and sixteen non-associated farmers, as well as with two representatives of collective instruments active in the organization and commercialization of açai produced by agro-extractivist farmers. The interviews were recorded and transcribed, and the Iramuteq software was used to facilitate the analysis of the discourse of these interlocutors. The theoretical contributions of the Actor-Oriented Perspective and its cornerstones grounded the analyses. The results obtained reveal that, if on the one hand, the stimulus to the configuration of sustainability by collective devices leads to management practices of açai groves more concerned with the proper use of the biophysical environment by riverine farmers associated with such devices, on the other hand, market pressures for high production have triggered marketing strategies dissociated from the discourse of sustainability created by these social actors.

Keywords: social and environmental sustainability; Amazon; actor-oriented perspective; social organizations.

1. Introdução

O Nordeste Paraense é uma região que envolve 49 municípios, entre eles, Cametá e Tomé-Açu. O primeiro se destaca pela produção de açai de várzea e o segundo pelo processamento do fruto em agroindústrias para a produção de polpas, principalmente para a exportação para o Japão, Estados Unidos, Argentina e Alemanha (Corrêa, 2010; Konagano, 2014). No estado do Pará, a demanda externa por açai, que se acentuou nos anos 1990, levou à intensificação do manejo e à expansão dos açazais, em ecossistema de várzea (Brondízio, 2008; Araujo & Navegantes-Alves, 2015). Hiraoka (1993, p. 5) o caracterizou como “açaiização da paisagem” dos estuários ribeirinhos amazônicos, pois os estípes passaram a predominar sobre as outras espécies florestais.

Na Ilha Guajará de Baixo, em Cametá, os açazeiros têm presença marcante no estuário desde a década 2000, quando intermediários passaram a

atuar na comercialização local do açai agroextrativista dos agricultores ribeirinhos para abastecer agroindústrias no Pará. No contexto amazônico, os agricultores ribeirinhos residem à margem dos rios e igarapés e mantêm constantes relações com o capital, por intermédio do acesso a mercados formais e informais para comercialização do excedente produtivo (Pereira & Witkoski, 2012).

O emprego de práticas de manejo nos açazais, outrora em sistema extrativista, intensificou-se para um modelo de manejo agroextrativista. Para Homma *et al.* (2006) e Homma (2012), nos açazais extrativistas há pouca ou nenhuma interferência da ação antrópica no manejo da espécie, por outro lado, o manejo agroextrativista concilia as etapas de plantio de mudas, semeadura, eliminação de espécies vegetais indesejadas, desbastes das touceiras dos açazeiros e roçagens. Essa modificação de práticas de manejo ocasionou em algumas Unidades de Produção Familiar – UPF¹ a redução da flora nativa,

¹ Propriedade sobre posse da família camponesa, composta por um conjunto de sistemas produtivos, organizados e gerenciados pela família, com a finalidade de produção de insumos para atender prioritariamente a demanda do autoconsumo familiar (Schneider & Niederle, 2008).

com consequências socioambientais no ecossistema de várzea, como a redução da biodiversidade.

Diante desse contexto, algumas organizações sociais passaram a buscar estratégias para minimização dos prejuízos socioambientais, sobretudo nas UPF de seus associados. Dentre essas organizações, destaca-se uma Cooperativa (denominada aqui como Cooperativa C, para manter-se o sigilo da organização) que atua no Nordeste Paraense, fundada em 1949, e que, atualmente, conta com 172 cooperados, oriundos do Japão, de diversos municípios do Nordeste Paraense e regiões do Brasil. Segundo o regimento interno dessa Cooperativa C, esta tem como missão: Proporcionar o desenvolvimento econômico e qualidade de vida dos cooperados, colaboradores e clientes, garantindo a criação de valores e da sustentabilidade da Cooperativa através da qualidade. Desde a década de 1970, a introdução dos Sistemas Agroflorestais de Tomé-Açu – SAFTA nas UPF dos cooperados tem sido aliada dessa missão.

Entende-se por SAF formas alternativas de uso e manejo da terra, em que uma ou mais espécies florestais lenhosa (arbóreas ou arbustiva) e palmeiras são associadas com cultivos agrícolas e/ou com animais, em combinação simultânea ou escalonada no tempo e espaço (Viana *et al.*, 1996; Farrel & Altieri, 2012). Se tratando do SAFTA, segundo a Cooperativa C, este diferencia-se dos demais SAF por cultivar culturas agrícolas, frutíferas e florestais em uma mesma área, com o emprego de dispositivos tecnológicos que permitem proteção ambiental e rentabilidade durante o ano todo. No caso dos associados da Cooperativa C, estes cultivam culturas de ciclo curto, como arroz (*Oryza sativa*), milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), maracujá (*Passiflora edulis*), mamão (*Ca-*

rica papaya) e banana (*Musa spp.*), de ciclo médio, a exemplo de pimenta-do-reino (*Piper nigrum L.*), cacau (*Theobroma cacao L.*), açaí (*Euterpe oleracea Mart.*) e dendê (*Elaeis guineensis*), e, de longo prazo, como andiroba (*Carapa guianensis Aubl.*) e mogno (*Swietenia macrophylla King*). Ademais, são “desenvolvidos com tecnologias e processos que conferem maior grau de proteção ambiental e rentabilidade” (Pompeu, 2017, p. 26).

No município de Cametá, uma Associação (denominada aqui como Associação A, para manter-se o sigilo da organização), com sede localizada na região das ilhas, conta com 35 associados em 23 ilhas do município. De acordo com o regimento interno dessa Associação A, sua missão é: organizar a produção coletiva dos associados, através do desenvolvimento sustentável, apoiar os produtores e não produtores, no sentido de atender a demanda na compra do açaí.

A Associação A atua como parceira da Cooperativa C, no âmbito de organizar a produção de açaí dos associados afim de facilitar a intermediação para a Cooperativa C. A Cooperativa C, por sua vez, auxilia os associados da Associação A com acompanhamento técnico vinculado às práticas de manejo sustentável nas UPF. Com a atenção direcionada a essas articulações e seus desencadeamentos na região, o objetivo desse trabalho foi verificar dissonâncias e consonâncias entre discursos e práticas referentes à sustentabilidade socioambiental, propagadas por lideranças dessas organizações sociais e agricultores ribeirinhos, envolvidos na comercialização de açaí da Ilha Guajará de Baixo, em Cametá – PA.

Para o alcance do objetivo proposto, o estudo se baseou em pesquisas bibliográficas e documentais para compor o quadro analítico e em 21

entrevistas pautadas em um roteiro semiestruturado (Michelat, 1987). Tais entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto a dezembro de 2020, respeitando as medidas de biossegurança orientadas pela Organização Mundial da Saúde – OMS relativas à pandemia da Covid-19. Para a seleção dos entrevistados, identificou-se um primeiro informante-chave e a partir deste foi mobilizada a técnica da “bola de neve” (Baldin & Munhoz, 2011), de modo que fossem indicados associados na Ilha Guajará de Baixo envolvidos com os processos de comercialização de açaí por intermédio de dispositivos coletivos. Assim, chegou-se em três (03) agricultores ribeirinhos vinculados à Associação A, que atuam como intermediários (mencionados nos trechos de entrevistas como associados-intermediários) na comercialização do açaí dos não-associados; dezesseis (16) agricultores ribeirinhos não-associados, mas que também estavam em articulações vinculadas a esses processos; um (01) representante da Associação A e um (01) da Cooperativa C. Ademais, nos trechos de entrevistas, mobilizados nos resultados desta pesquisa, os atores sociais serão mencionados como: associado-intermediário; não-associado; representante da cooperativa C e; representante da Associação A, seguido do mês e ano da entrevista.

Após a sistematização das entrevistas, os conteúdos qualitativos foram organizados em “corpus empírico, experimental”, interpretados pela Análise do Discurso- AD, buscando “compreender os sentidos que os sujeitos manifestam através dos seus discursos e pistas” (Caregnato & Mutti, 2006, p. 5). Fez-se uso do *software IRAMUTEQ*, desenvolvido por Ratinaud & Marchand (2012), para análise do *corpus textual*, individual e coletivo, comparando a percepção dos atores sociais sobre sustentabilidade socioambiental através da nuvem de palavras. A Perspectiva Orientada ao Ator – POA, de caráter

teórico-metodológico, foi mobilizada tanto para a construção quanto para a análise desses dados.

2. Perspectiva teórico-metodológica orientada aos atores sociais envolvidos na investigação

Tendo em vista que o mundo rural é multifacetado, ou seja, guarda heterogeneidades importantes dos indivíduos e coletividades que interagem neste, uma perspectiva teórico-metodológica centrada na agência humana se coloca como importante nos estudos do desenvolvimento rural (Carvalho & Garcez, 2007).

A Perspectiva Orientada ao Ator (Actor Oriented Approach) – POA, que emerge na Escola de Antropologia de Manchester, na Inglaterra, nos anos 1950, e ganha contornos novos, nos anos 1980, na Escola de Wageningen, Holanda, coloca a centralidade nos atores sociais como ponto de partida na explicação das respostas diferenciais aos projetos de desenvolvimento rural e evidencia que os atores sociais não são receptores passivos diante das ações de intervenção (Long, 2001; 2007; Arce & Charão-Marques, 2021). A POA compreende os atores sociais como aqueles indivíduos, ou coletivo de indivíduos, dotados de agência social, ou seja, que possuem habilidades para resolver seus problemas, aprender a intervir nos fluxos de eventos sociais, observar a reação dos outros e supervisionar suas próprias ações (Long & Ploeg, 1994).

Long (2001; 2007), Long & Liu (2009) e Long & Ploeg (1994) mobilizam essa perspectiva para compreender como os atores sociais, mesmo sob condições ou circunstâncias aparentemente similares, agem, reagem, interagem e exercem sua agência de formas e maneiras diferentes. Além disso, enfati-

zam a impossibilidade de se compreender as ações e reações dos atores sociais de maneira homogênea, pois os mesmos detêm conhecimentos particulares e executam práticas diversas, mesmo pautando-se em princípios semelhantes (Long, 2007). Para Arce e Charão-Marques (2021), as práticas podem emergir como influências do processo da globalização ou das dinâmicas locais, mas também como resultado da interação entre ambas.

Dessa forma, estudar os atores sociais do meio rural possibilita também a compreensão de como os fatores externos (intervenções das políticas institucionais, influência do mercado e dos setores não governamentais) influenciam nas suas práticas do contexto local, em negociações, alianças e conflitos territoriais (Arce & Charão-Marques, 2021).

A POA justamente permite a análise de micro-processos sociais sem desassociá-los dos macro-processos (González et al, 2014). Tal abordagem abre janelas de oportunidades para a configuração de novos questionamentos acerca da concepção em torno do desenvolvimento rural, das estruturas e regras que são configuradas pelos mercados que influenciam na sustentabilidade em suas mais diversas facetas (Ploeg, 2000; Schneider & Niederle, 2008).

Uma das pedras angulares mais expressiva dessa perspectiva é o conceito de agência social (Long, 2001; 2007). A definição de agência, portanto, revela-se estrategicamente importante na compreensão do significado das redes sociais na garantia de informações, na formação de opiniões e na legitimação de pontos de vista (Deponti, 2008). A agência depende crucialmente da criação e manipulação de uma rede de relações sociais e da concentração de itens específicos, como reivindicações, ordens, bens, artefatos e informação, em pontos fundamentais de intersecção entre diferentes

e, muitas vezes, conflituosos “mundos de vida”, projetos e repertórios culturais (Long, 2001; Long, 2007).

A agência social não está centrada apenas na intenção do ator social em fazer, mas também na capacidade de realizar tais coisas. Nessa perspectiva, os atores são capazes de compreender o que fazem, porque o fazem, quando o fazem (González et al., 2014). Através de suas redes de relações, os atores manifestam sua agência e também exercem algum tipo de poder, o qual lhe dará a capacidade de intervir no processo de construção do desenvolvimento (Ploeg, 2000; Schneider & Niederle, 2008).

No contexto desse artigo, a agência é então compreendida como cerne impulsionador da construção e consolidação de relações sociais, discursos e habilidades para solucionar problemas entre atores sociais no contexto rural. Já os mercados como arenas sociais, passíveis de relações e interações entre os agricultores e outros atores sociais influentes nas redes de relações agricultor/mercado, como: intermediários, redes associativas, cooperativas, etc. (Schneider & Niederle, 2008).

Em termos gerais, nesse estudo, a noção de agência contribui na compreensão dos campos sociais nos quais os atores sociais estão imersos (Long & Liu, 2009). Baseando-se em Long (2001; 2007), a noção de campo social instiga a um quadro de espaços abertos, sem a prevalência de limites definidos, compostos por elementos heterogêneos (recursos, informações, capacidade tecnológica, estruturas, etc.) a partir de princípios coletivos. Como poderá ser visto na sequência deste texto, na Ilha Guajará de Baixo, a esfera do campo social, relacionada à comercialização do açaí, é marcada por diversas disputas e pela predominância de domínios de determinados atores sociais.

Para Long (2001) e Kruehl (2010), o domínio é entendido como um espaço no qual prevalecem certas regras, normas e valores centrais, que implicam um grau de compromisso social, moldados por intermédio das experiências compartilhadas entre os atores, e se são úteis para entendermos como são criadas as fronteiras sociais. Esses domínios são organizados em torno de um núcleo central em que representam valores compartilhados pelos atores sociais envolvidos (Medeiros, 2011), que transformam esses valores por intermédio individual ou coletivo das experiências vivenciadas e compartilhadas e de lutas entre os atores sociais que podem exercer poder entre outros atores em seus limites do campo de domínio (Arce & Charão-Marques, 2021).

Os “domínios” são áreas da vida social que estão organizadas por referência a um núcleo central. São espaços que possuem regras, normas e valores que implicam um grau de compromisso social e representam valores compartilhados pelos atores sociais. Como exemplos, pode-se pensar nos domínios da família, do mercado, do Estado, de grupos, da produção e do consumo (Medeiros, 2017).

Nas arenas sociais, os atores mobilizam seus domínios a fim de alcançarem objetivos específicos. Nesses processos, pode emergir a relação de poder entre os atores sociais (Long, 2007). Sobretudo, quando os projetos de distintos atores sociais se entrelaçam, o controle, a dominação e a subordinação se manifestam (Medeiros, 2011). Para entender a arena, parte-se da suposição de que os projetos de desenvolvimento rural, propostos pelos atores, são realizados em arenas específicas, nas quais, envolvem-se agricultores, personificações do Estado, do agronegócio, do mercado etc., com diferentes interesses, recursos, poderes, visões do mundo e

repertórios culturais (Kruehl, 2010; González, *et al.*, 2014).

Nesse artigo, a POA potencializa a compreensão dos microprocessos decorrentes na Ilha Guajará de Baixo, relacionados à comercialização do açaí, a qual envolve distintos agricultores ribeirinhos, intermediários e representantes de agroindústrias, que potencializam as interações sociais nesses processos de comercialização através dos discursos inerentes à sustentabilidade socioambiental.

3. A constituição da Cooperativa C e sua atuação

Os primeiros passos para a criação da Cooperativa C foram dados com a chegada dos imigrantes japoneses no Nordeste Paraense, no ano de 1929, após comum acordo entre o governo do estado do Pará e a companhia de imigração Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha (KANEBO), adotada pelo governo japonês como estratégia de incentivar a migração dos nipônicos ausentes de terra para o cultivo e emprego em seu país de origem (Tafner Junior & Silva, 2011).

No histórico dessa Cooperativa C consta que 43 famílias nipônicas, compostas por 189 pessoas, chegaram no Nordeste Paraense e fundaram a primeira Colônia agrícola, às margens dos rios Acará e Tomé-Açu, distante aproximadamente 220 quilômetros da capital paraense, Belém. A preferência dos japoneses nas terras situadas às margens dos rios Acará e Moju se deu estrategicamente por essa localização lhes facilitar o deslocamento de suas produções por via fluvial, sendo na época o único meio de acesso à Belém.

O objetivo inicial dos imigrantes era ocupar a região, por meio do trabalho na agricultura, sobretudo do cultivo de arroz e hortaliças, culturas tradicionalmente cultivadas no Japão, e implantação e manejo dos cacauzeiros nativos. Tinham como meta a produção de alimentos para as famílias e produtos para o mercado. Primeiramente com objetivo restrito na produção de hortaliças, os nipônicos se organizaram de modo cooperativo e fundaram em 1931 uma cooperativa para esta finalidade.

No entanto, problemas decorrentes da infraestrutura para o escoamento da produção de hortaliças e a ausência do hábito alimentar do consumo e preparo de hortaliças pelos consumidores limitaram a comercialização. Somaram-se a essas limitações, o desconhecimento das técnicas de manejo dos cacauzeiros pelos agricultores e, conseqüentemente, a incidência de doenças nas plantações, provenientes das condições edafoclimáticas das novas terras trabalhadas. Nesse intermédio, a pobreza e as doenças tropicais, como a malária, assolaram as famílias nipônicas, ocasionando o abandono e migração de japoneses das colônias para municípios mais desenvolvidos do Estado e ao sudeste do país, em busca de trabalho (Konagano, 2014).

Para os nipônicos que continuaram nas colônias, os problemas adversos e a pobreza foram sendo superados com a introdução do monocultivo da pimenta-do-reino, trazida de Cingapura em 1930 (Konagano, 2014). Em fase experimental, a cultura da pimenta-do-reino foi sendo cultivada e, ano após ano, obtendo melhores resultados (Junior Tafner & Silva, 2011). No entanto, o auge dessa cultura deu-se após a Segunda Guerra Mundial,

decorrente da devastação de pimentais na Malásia, Indonésia e Índia, países que, naquela época, eram os maiores produtores dessa Piperaceae. De modo a organizar a produção da pimenta-do-reino para a comercialização no mercado externo, em 1949, os japoneses reorganizaram a cooperativa de produção de hortaliças e a transformam na Cooperativa C, ampliando seu foco de atuação.

Por intermédio da organização produtiva facilitada pela Cooperativa C, o município de localização da sede da Cooperativa tornou-se o polo nacional de produção da pimenta-do-reino na década de 1950, levando o Brasil pela primeira vez a alcançar a marca de maior exportador mundial desse produto, reconhecido como “diamante negro” por trazer prosperidade e riqueza para o desenvolvimento da região e do país (Konagano, 2014). Muitos camponeses de municípios paraenses foram atraídos às Colônias japonesas pela facilidade de trabalho temporário nos pimentais. Entretanto, segundo o representante da Cooperativa C:

Na década de 1960, com o surgimento da Fusariose² nos pimentais das Colônias japonesas, as plantações foram devastadas e houve o declínio da produção de pimenta-do-reino, ocasionando uma crise financeira que levou os japoneses a repensarem seu modo de produção (Representante da Cooperativa C, dez/2020).

Contudo, o representante da Cooperativa C, menciona que com o incentivo da organização social, mais fortemente a partir dos anos 1970, os monocultivos foram gradativamente sendo substituídos pela diversificação produtiva e os sistemas produtivos baseados em um subsistema componente

² Doença acometida pelo fungo *Fusarium* que assola as raízes e hastes da pimenta-do-reino disseminando em seu estágio mais avançado a podridão do colo do vegetal, a qual reduz a vida útil de uma lavoura de 12 anos para 6 anos, devido a capacidade do fungo se autopropagar entre as plantas (Rocha *et al.*, 2016).

do sistema agroflorestal, denominado de quintais agroflorestais dos ribeirinhos amazônicos (Castro *et al.*, 2007). A própria dinâmica da floresta amazônica passou a guiar novas decisões dos agricultores cooperados.

De forma cada vez mais significativa, as ações da Cooperativa C passaram a envolver a implantação do SAFTA nas UPF dos associados e agricultores familiares locais, assim como em outros Estados, como Amazonas, Amapá e Maranhão, e países como Bolívia e Gana (Konagano, 2014). Segundo o representante da Cooperativa C, para a consolidação do SAFTA, a Cooperativa C disponibiliza seis técnicos para realizarem visitas três vezes ao ano, nas UPF dos associados, para os cadastros das propriedades, estimativas de produção, coleta de solos para análise e recomendações técnicas nos cultivos.

Com a instalação, pela Cooperativa C, em 1987, de uma agroindústria de processamento polpa de frutas tropicais, ela processa anualmente aproximadamente 6 mil toneladas de polpa de frutas, com 15 sabores 100% naturais da Amazônia, além de amêndoas de cacau, manteiga de amêndoas de cupuaçu, pimenta-do-reino, e óleos vegetais nobres de andiroba e maracujá, provenientes das UPF dos 2.800 produtores cadastrados. Ressalta-se que apenas 20% dos produtos processados são de agricultores não-cooperados.

Para o representante da Cooperativa C, a qualidade físico-química desses produtos é garantida pelas análises no laboratório da Cooperativa C e pela certificação orgânica, principalmente do açaí, emitida pela certificadora do Instituto de Mercado Ecológico – IMO Control do Brasil. Este Mercado é um Organismo de Avaliação da Conformidade que realiza serviços de inspeções e auditorias para certificações nas áreas de produção e processamento

de alimentos orgânicos, socioambientais, normas orgânicas privadas e certificação de unidades armazenadoras. Trabalha com certificações nacionais e internacionais por auditoria (individual ou grupo de produtores), associada ao Grupo IMO Internacional com sede na Suíça, hoje a IMO do Brasil é uma empresa 100% brasileira e possui parceiros internacionais como a Certificadora CERES – Certification of Environmental Standards com sede em Happurg, Alemanha.

Previamente ao processo de certificação, os técnicos da Cooperativa C fazem as vistorias nas UPF e o acompanhamento por período de 1 ano. Somente após passar por essas etapas, as UPF são certificadas como orgânicas. Todo o intermédio, desde a ida dos técnicos à campo até a certificação pelo IMO Control do Brasil nas UPF dos cooperados é custeado pela Cooperativa C. Na concepção do representante da Cooperativa C, a certificação permite à Cooperativa C agregar valor ao produto e alcançar mercados nacionais e internacionais. Observa-se no trecho de entrevista:

Em 2015, quando a Cooperativa C passou a comercializar produtos certificados, houve um faturamento médio de 81,9 milhões de reais, 20% a mais do que no ano anterior. E ainda vale mencionar que a Cooperativa C emprega, de forma direta e indireta, mais de 10.000 mil pessoas no município de localização da Cooperativada (Representante da Cooperativa C, dez/2020).

Atualmente, as ações da Cooperativa C, também devido aos avanços de implantação do SAFTA pelos cooperados, vêm sendo divulgadas pela mídia, como destaque à reportagem do programa Globo Rural, transmitido em 25 de abril de 2021. Nesse dia, a matéria “os sistemas agroflorestais em

Tomé-Açu, no Nordeste do Pará, que permitem aos produtores terem frutos o ano inteiro e, ainda assim, preservarem a natureza” (Rede Globo, 2021) ganhou evidência. A reportagem enfatizou as parcerias da Cooperativa C com distintas instituições, tais como: Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA, Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, Universidade de Campinas – UNICAMP, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC³, bem como a Universidade Agrícola e Tecnologia de Tóquio – TUAT e Universidade Agrícola de Tóquio – TUA. Essas instituições realizam estudos científicos e intercâmbios, colaborando na agregação de valor aos produtos do SAFTA, por meio das certificações vinculadas a Crédito de Carbono, Serviços Ambientais e Indicação Geográfica.

No município de Cametá, a parceira da Cooperativa C com a Associação A estimulou a produção e a comercialização de polpa de açaí agroextrativista das comunidades ribeirinhas desse município e influenciou na transformação da paisagem de forma significativa, como será visto adiante na análise.

4. A constituição da Associação A e sua atuação

Em 05 de agosto de 2007, um grupo de aproximadamente 20 agricultores ribeirinhos fundou a Associação A. A sede dessa Associação A foi consolidada na Ilha Cacoal e a maioria dos associados

era pertencente à Ilha Cacoal. Segundo Baia (2019), após a gestão de dois presidentes, os associados elegeram uma mulher para assumir a função. Essa mulher ocupava tal função até o período no qual sua entrevista foi concedida para essa pesquisa. Menciona-se o associado-intermediário: *Mesmo os homens estando em número majoritário dentre os associados, a primeira presidente mulher da Associação A foi escolhida pela maioria a assumir a presidência devido sua capacidade proativa de resolver as demandas vigentes da Associação A* (Associado-intermediário, Ago/2020).

Os primeiros anos de consolidação da Associação A acompanharam a duplicação da demanda de açaí pelas agroindústrias locais, fazendo-se então importante a ampliação da Associação A, também quanto ao número de associados. Motivado, um dos sócios representantes da Associação A percorreu outras ilhas no município de Cametá, a fim de apresentar a proposta da Associação A a distintos agricultores ribeirinhos interessados na organização de sua produção e consequente acesso a mercados.

O esforço do senhor cametaense resultou na adesão de mais associados e, devido a essa abrangência de novos membros provenientes de ilhas distintas, isso influenciou na transferência da sede da Associação A da Ilha Cacoal para uma outra ilha, em Cametá, onde encontra-se atualmente. No trecho de entrevista, com um representante da Associação A, são citados os motivos da escolha pela atual ilha de localização da sede:

³ A criação da CEPLAC foi um plano governamental de recuperação econômico-rural da lavoura cacaueira, instituído pelo Decreto 40.987, de 20/02/1957, para executar uma política governamental, apoiada pelo então ministro da Fazenda, José Maria Alkimin, com medidas emergenciais de auxílio aos produtores no enfrentamento de uma série de dificuldades decorrentes da queda vertiginosa da produtividade e da produção brasileira de cacau. As atividades da Comissão Executiva deste plano foram regulamentadas pelo Decreto 41.243, de 03/04/57, e assim foi criada a CEPLAC, num momento de crise, para apoiar o produtor (CEPLAC, 2021).

A sede da Associação A foi instalada na ilha atual porque lá é uma comunidade que sempre dá o suporte tanto para a Cooperativa C quanto pra Associação A. Eles cedem o barracão comunitário para a reunião, disponibilizam as pessoas pra fazerem o almoço quando tem reunião. Sempre eles estão de braços abertos quando precisamos. Além de ser uma ilha que está situada no centro do arquipélago de ilhas de Cameté, facilitando o deslocamento dos associados das demais ilhas à sede da Associação A (Representante da Associação A, dez/2020).

Desde o primeiro presidente até a gestão em 2020, para a efetivação do cadastro dos associados, era obrigatório a apresentação dos documentos pessoais e o documento das terras, este último, necessário para comprovar que o cidadão era agricultor ribeirinho, era pertencente ao ecossistema de várzea (ilha), produtor agroextrativista de açaí. No ano de 2020, a Associação A contava com 35 associados cametaenses, sendo 85% homens e 15% mulheres, de origens de comunidades rurais distintas.

O elevado percentual de homens associados em contraste com o de mulheres está relacionado ao fato de que as famílias consideram estes os “chefes de família”, responsáveis pelas negociações e participações nos diálogos com a Associação A, ainda que toda a família se envolva na produção de açaí (Baia, 2019). Diante do exposto, no ato da entrevista, os informantes principais 100% foram os homens “chefes de família”, conforme indicação do núcleo familiar que também tinha a oportunidade de acrescentar informações despercebidas pelo informante principal.

Desde a fundação da Associação A até o ano de 2009, os principais compradores de açaí agroextrativista de seus associados eram as agroindústrias: Açaí Santa Helena, Xingu Fruit e Petruz em Castanhal-PA, Açaí VITANAT e Sabor Açaí em Igarapé-Miri – PA.

5. Articulações entre a Associação A e a Cooperativa C para a comercialização do açaí agroextrativista – orgânico – do Baixo Tocantins

Segundo o representante da Associação A, em 2008, o então presidente dessa Associação A, responsável naquele momento por alcançar novos mercados para o acesso dos associados, deparou-se com a presença de representantes da Cooperativa C em território cametaense. Esses estavam à procura de organizações sociais formais, fornecedoras de açaí agroextrativista. Assim, a parceria entre ambas as organizações sociais foi consolidada no mesmo ano. No entanto, segundo o representante da Associação A:

Os associados da Associação A passaram por uma avaliação em torno de 3 anos, pelo presidente da Cooperativa C, para constatar se estavam seguindo os princípios exigidos pela Cooperativa C para os associados se tornarem aptos a serem fornecedores de açaí agroextrativista para a Cooperativa C (Representante da Associação A, dez/2020).

Nesse intermédio, a articulação entre Associação A e Cooperativa C foi formalizada por meio de um acordo de cooperação e certificação dos associados da Associação A como produtores orgânicos. Decorrente dessa parceria, efetivou-se a garantia de comercialização do açaí produzido pelos associados da Associação A à Cooperativa C.

No ano de 2010, a Associação A passou a organizar a produção de açaí de 40% dos associados certificados como produtores orgânicos pelo IMO Control do Brasil através da certificação a nível institucional e assim facilitou a entrega da produção para a Cooperativa C, enquanto a produção dos ou-

tros 60% dos associados produtores convencionais era comercializada para as agroindústrias processadoras da polpa do fruto. Essa parceria entre as duas organizações sociais possibilitou que no ano de 2020, do total de 35 associados da Associação A, 31 (90%) se tornassem produtores orgânicos. Até o ano de 2020 esse processo seguia em realização. Segundo o representante da Associação A: *Alguns produtores seguem as orientações, outros nem sempre fazem o correto, motivo pelo qual nem todos os associados são cadastrados como produtores orgânicos* (Representante da Associação A, dez/2020).

Esse elevado índice de certificação se deu devido aos esforços da Cooperativa C em fazer com que toda a produção de açaí agroextrativista fornecida das UPF dos associados da Associação A fosse orgânica. Nas embalagens das polpas de açaí processadas e exportadas pela Cooperativa C constam o selo de produto orgânico e, para tanto, as normas relacionadas à certificação precisam ser obedecidas fielmente. Além do açaí, os associados da Associação A passaram a fornecer outros produtos à Cooperativa C, ainda que convencionais. Em 2020, estes compreendiam: amêndoas de andiroba, ucuúba (*Virola surinamensis* (Rol.) Warb.), murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart.) e cacau.

Nesses processos de organização e comercialização das produções agroextrativistas dos agricultores ribeirinhos do Nordeste paraense, a Associação A e a Cooperativa C influenciam determinantemente na construção de perspectivas de sustentabilidade nesse território. Em espaços como dias de campo, visitas técnicas, oficinas, palestras e seminários, dentre outros, os técnicos da Cooperativa C direcionam a dinâmica dos sistemas de produção dos seus cooperados e, conseqüentemente, também dos associados da Associação A.

Percebe-se, nesse contexto, que as agências dos atores sociais se materializam expressivamente com discursos e práticas em torno da sustentabilidade socioambiental que ganha evidência quanto mais envolvidos estes estão com a Associação A e a Cooperativa C. No município de Cametá, desde a consolidação da parceria entre as organizações, segundo o representante da Cooperativa C: *A Cooperativa C vem promovendo a conscientização da importância do SAFTA, nas UPF dos associados da Associação A com respeito ao código florestal brasileiro* (Representante da Cooperativa C, dez/2020).

Para o representante da Cooperativa C, a ideia de incorporação do SAFTA nas UPF dos cooperados, dá-se através de adaptações para cada realidade de ecossistema (terra firme e várzea), contexto que marca o diferencial do SAFTA. Ressalta-se que, para os associados da Associação A, a Cooperativa C vem disponibilizando mudas de cacauzeiros para a implantação em consórcio com os açaizeiros, em ecossistema de várzea. O representante da Associação A, acrescenta:

Devido à valorização do açaí, os agricultores deixaram meio de lado as outras produções, o cacau ficou desvalorizado aos olhos do produtor, e com as mudas doadas pela Cooperativa C e acompanhamento técnico, estamos incentivando os associados para uma futura produção do cacau em consórcio com o açaí (Representante da Associação A, dez/2020).

Segundo um associado-intermediário da Associação A, os cacauzeiros que existiam em sua UPF foram retirados na década de 2000 para a expansão dos açaizais e a Cooperativa C vem incentivando a recomposição dessa diversidade, que também se constitui em fontes de renda variadas. O trecho de entrevista a seguir evidencia como a Cooperativa

C também passou a incentivar os associados da Associação A na produção do cacau:

Eu cortei os cacauzeiros do meu mato pra dá lugar para o açazal, nesse tempo eu ainda não era associado da Associação A. Hoje, devido às palestras e orientações dos técnicos da Cooperativa C, eu reconheço que errei em retirar os cacauzeiros e outras árvores. Pra reverter esse prejuízo, eu estou replantando as mudas que a Cooperativa C me deu (Associado-intermediário, ago/2020).

A Associação A em parceria com a Cooperativa C, mobilizando discursos de sustentabilidade e materializando determinados princípios relativos a estes, vem estimulando a reflexão crítica acerca dos limitantes de um monocultivo ou de processos de interferência no meio biofísico que não garantam a continuidade da atividade agrícola no mesmo lócus a longo prazo.

Segundo o representante da Associação A e o representante da Cooperativa C, os eventos que articulam distintos agricultores, inclusive os agricultores ribeirinhos associados da Ilha Guajará de Baixo, acontecem anualmente. Estes são abertos ao público, o que implica em dizer que, associados e não-associados podem participar, ainda que a maior participação seja de associados da ilha onde situa-se a sede da Associação A, localidade onde são realizados os eventos.

Tratando-se do manejo do açazal, os técnicos da Cooperativa C, durante a palestra, fazem um relato para os participantes acerca das práticas ideais, o que deve e não se deve fazer no ato do manejo. Como se evidencia no trecho da entrevista com o representante da Associação A: *Os técnicos orientam que no manejo não se deve retirar todas as árvores do meio do açazal, mas buscar diversificar. No período da colheita do fruto, deve-se deixar cerca de*

20% da produção para os animais (Representante da Associação A, dez/2020).

No caso dos associados, a Cooperativa C, mobilizando uma agência social coletiva por intermédio dos seus técnicos, influencia na mudança de visão dos associados da Associação A acerca da maneira de manejar os açazais.

González *et al.* (2014) mencionam que a agência social é percebida na heterogeneidade do ator social em compreender os motivos de fazer tais coisas. Se transposta para o contexto analisado, essa reflexão possibilita perceber-se que a consolidação da agência social dos associados da Associação A facilitou sua percepção acerca da importância de incorporar práticas sustentáveis no manejo do ecossistema. Tal percepção é materializada inclusive em sua adoção do SAFTA como instrumento para a recuperação de áreas que outrora sofreram o manejo intensivo nos açazais. Enquanto para alguns não-associados o mais importante é investir exclusivamente na produção do açaí para gerar lucro com a venda, para esses associados a questão socioambiental acaba sendo um norte em suas tomadas de decisões produtivas.

Vale mencionar que os associados da Associação A, que adotaram a proposta de SAFTA, deixaram de produzir exclusivamente o açaí, tornando suas produções diversificadas, aptas a gerar renda o ano todo. De janeiro a julho, contam com a comercialização da andiroba, murumuru, ucuúba e cacau, e, de agosto a dezembro, com a venda do açaí. Dessa forma, garantem, além de renda, a segurança e soberania alimentar própria e de suas famílias.

Ressalta-se que todo ano a Cooperativa C encaminha um auditor fiscal para a análise das documentações e recibos da Associação A, e verificação dos associados em relação ao cumprimento

ou não das exigências regulamentadas entre as organizações sociais. A fiscalização rígida garante a procedência do açaí orgânico das UPF dos agricultores ribeirinhos associados à Associação A. No trecho de entrevista realizada com o representante da Associação A destaca-se a experiência de punição ao associado que descumpriu com as regras de produção orgânica que deve ser seguida no caso do açaí certificado:

No ano de 2014, às vésperas da safra do açaí, durante uma visita técnica, o inspetor da Cooperativa C flagrou um produtor orgânico com acúmulo de lixo no terreno, descumprindo com uma das exigências da Cooperativa C, [que tem como base a Instrução Normativa nº 64, de 18 de dezembro de 2008, seguida pela IMO Control do Brasil] motivo que acarretou a suspensão do fornecimento de açaí do associado para a Associação A, durante a safra de 2014 (Representante da Associação A, dez/2020).

Apesar da rigidez na fiscalização apontada pelo entrevistado, no campo, pode-se averiguar também dissensos no processo de garantia orgânica da totalidade da produção de açaí comercializado como tal pela Associação A, como poderá ser melhor compreendido na sequência.

6. Qual(is) a(s) sustentabilidade(s) resultante(s) desses processos?

Os associados da Associação A detêm conhecimentos variados acerca dos modos sustentáveis de produção, o qual é reforçado pela participação nos espaços de interação promovidos pelas organizações. Acerca das compreensões sobre sustentabilidade, seguem os trechos de entrevista com associados-intermediários:

Pra mim, sustentabilidade é preservar; manter o meu mato diversificado, evitar tá cortando todas as árvores, sempre deixar vegetação na beira do rio e do igarapé [mata ciliar], tudo que tem no mato da gente serve, para nós, para os animais, até para a própria planta. Essas folhas que caem das árvores servem de estrumo [matéria orgânica], e o açaizal precisa desses nutrientes. Então a sustentabilidade envolve cuidar da natureza para também a gente se beneficiar dela (Associado-intermediário, ago/2020).

A Cooperativa C e a Associação A nos ensinam que sustentabilidade é preservar. Não cortar as árvores da beira do rio e igarapé, no terreno da gente, não devemos meter o motosserra ou o machado e acabar com que tem, não é certo fazer isso, porque vai prejudicar tanto a gente quanto os pássaros, os animais, as árvores [...] (Associado-intermediário, ago/2020).

Eu entendo que sustentabilidade é conservar os recursos da natureza através do manejo que a Cooperativa C nos repassa, quando eu não era associado da Associação A eu não tinha conhecimento que todos os componentes da natureza são importantes, para manter a sustentabilidade[...] a gente tem que preservar porque não é só a gente que precisa viver, os animais, os pássaros também precisam dessa vegetação pra viver (Associado-intermediário, ago/2020).

Por meio das entrevistas, com o auxílio do software Iramuteq, analisou-se a categorização de palavras que se repetem com mais frequência nos discursos proferidos pelos interlocutores, conforme demonstra a Figura 1. Quando perguntado aos atores sociais: associado-intermediários (Figura 1, Painel A), não-associados (Figura 1, Painel B), representante da Cooperativa C (Figura 1, Painel C), e representante da Associação A (Figura 1, Painel D), sobre suas percepções do que seria sustentabilidade, pode-se perceber especificidades, mas também contradições.

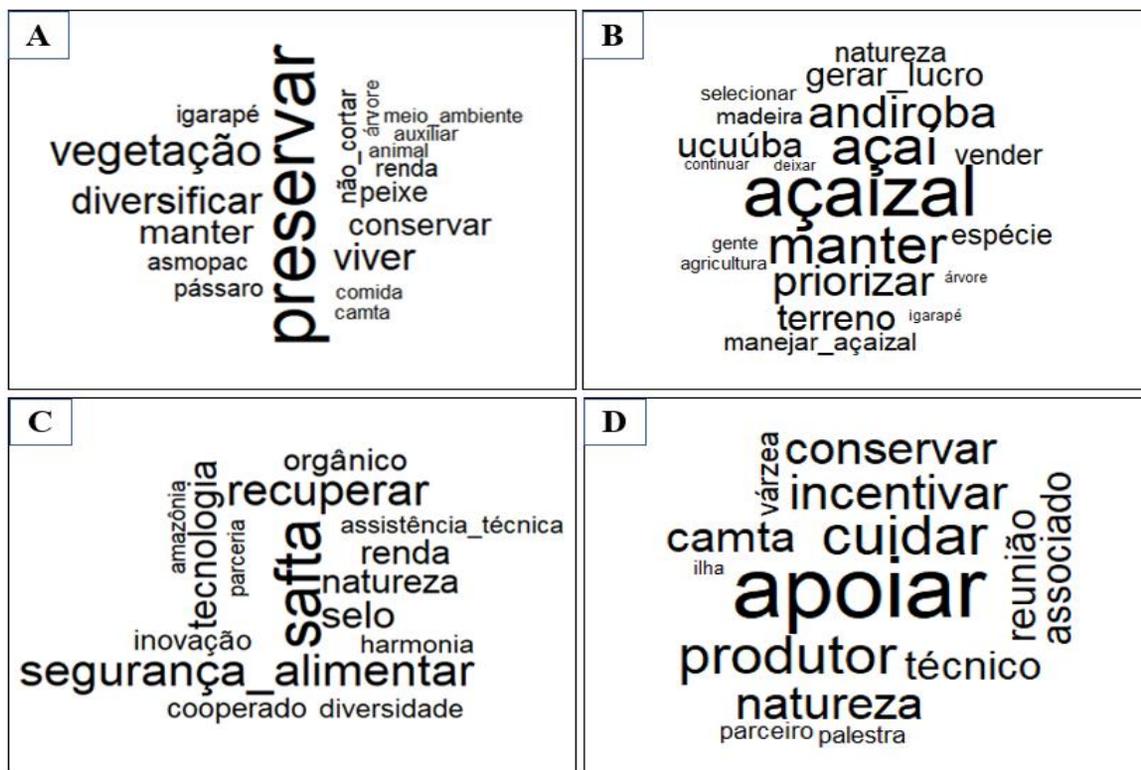


FIGURA 1 – Nuvem de palavras indicativa da percepção de sustentabilidade por atores sociais que atuam na produção e comercialização de açaí no município de Cametá, Pará, Brasil. Painel: A - associados-intermediários; B - não-associados; C - representante da Cooperativa C; D - representante da Associação A. Palavras extraídas de entrevistas realizadas em campo em 2020.

FONTE: Elaborado pelos autores no *software Iramuteq*, com dados da pesquisa de campo, 2020.

No discurso proferido pelos associados-intermediários, a palavra que mais se destaca é “preservar”. Esses agricultores ribeirinhos associados à Associação A e vinculados à Cooperativa C percebem a importância de cada componente do ecossistema e externalizam em seus discursos e práticas essa percepção. Para eles, a preservação das espécies ganha destaque relacionada à sustentabilidade, tendo em vista que propicia a eles renda e promove soberania e segurança alimentar. Os trechos das entrevistas com os associados-intermediários corroboram essa análise: *Se a gente ir no mato e derrubar as árvores,*

até os pássaros somem, o igarápé seca, falta peixe, camarão, então o correto é preservar e manter [...] a diversificação é uma forma da gente garantir alimento e renda [...] (Associado-intermediário, ago/2020). Se cortar esses paus acontece o que está acontecendo, o clima está muito forte, cada ano vai mudando, por isso devemos diversificar e manter a vegetação, até por que ela nos dá comida, nos dá renda (Associado-intermediário, ago/2020).

Percebe-se que as organizações Associação A e Cooperativa C, através da mobilização da agência social, materializam seu discurso de sus-

tentabilidade em dispositivos como o SAFTA, os próprios diálogos entre associados e técnicos, nas formações e acompanhamento técnico nas UPF dos agricultores ribeirinhos associados. Entretanto, as incongruências entre os discursos sustentáveis dessas organizações e a práxis se dão na materialização dos processos em torno da comercialização do açaí.

Os direcionamentos da Associação A para seus associados, relativos à administração e registro das quantidades colhidas, de manejo, colheita e acondicionamento de frutos de açaí diferenciado (orgânicos), que são respaldados pela Cooperativa C e certificadora, acabam se restringindo a uma produção que se mistura com outra que não segue as mesmas orientações.

Tendo em vista que alguns associados atuam como intermediários, ou seja, adquirindo a produção de açaí de UPF que não estão correlacionadas à Cooperativa C e nem à Associação A. Nesse intermédio, salienta-se que uma parte do açaí repassado como orgânico à Cooperativa C ainda é proveniente de produtores convencionais. Como enfatiza o trecho de entrevista de um associado-intermediário:

A maior parte do açaí que eu levo pra Associação A eu compro no beiradão das Ilha Guajará de Baixo, Guajará de Cima, Costa do Guajará, Itapupana e Bituba, aí eu entrego junto com uma parte menor que eu retiro do meu açaiçal. Mas se eu retirar do meu mato 10, 20, 30 latas⁴ eu tenho que anotar, aí no final da safra eu conto quantas deu e apresento na Associação A pra ser mostrado no momento da auditoria (Associado-intermediário, ago/2020).

Ao entrevistar três associados da Associação A que procedem de tal forma, foi possível compreender que a finalidade dessa estratégia é o aumento do quantitativo de produtos a serem destinados à Cooperativa C. Essa prática dos associados-intermediários em recorrer à produção de açaí dos não-associados produtores convencionais se concretiza relacionada à demanda exigida extrapolar a quantidade produzida em suas UPF.

As práticas de manejo empregadas para a expansão dos açaiçais, em busca do aumento de produção nas UPF dos agricultores ribeirinhos, têm ocasionado a redução da biodiversidade, descumprindo como o Art. 3º, da Instrução Normativa nº 64, de 18 de dezembro de 2008, que estabelece que os sistemas orgânicos de produção devem buscar:

- I – a manutenção das áreas de preservação permanente;
- II – a atenuação da pressão antrópica sobre os ecossistemas naturais e modificados; e
- III – a proteção, a conservação e o uso racional dos recursos naturais.

Segundo um associado-intermediário da Associação A, qualquer outro associado pode exercer a função de intermediário, desde que possua embarcação própria para arrecadar de “porto em porto”⁵ dos agricultores ribeirinhos não-associados as latas de açaí, pois a Associação A não dispõe de meio de transporte para conduzir a produção dos associados. Nessa prática, os associados-intermediários são

⁴ Utensílio no formato de um cesto, confeccionado de forma artesanal pelos ribeirinhos, com matéria prima da tala do arumã (*Ischnosiphon ovatus*) e jacitara (*Desmoncus orthacanthus* Mart.), espécie vegetal presente nas várzeas amazônicas. Esse utensílio, utilizado pelos intermediários na compra do açaí detém capacidade para 14kg do fruto, medida padrão de 1 lata.

⁵ Situa-se à frente das residências, na margem do rio, normalmente o porto é composto por uma ponte e uma escada, o que facilita o descolamento dos agricultores ribeirinhos e cargas entre embarcação/residência.

motivados pela margem de lucro que gira em torno de R\$ 2,00 a R\$ 5,00 por lata/14kg comprada do agricultor ribeirinho não-associado, após a comercialização para as agroindústrias.

A agência social dos associados-intermediários vem conduzindo mudanças significativas no contexto da Ilha Guajará de Baixo. As redes de relações impulsionadas pela Cooperativa C aos associados-intermediários da Associação A refletem em um campo de domínios nas arenas sociais que se configuram no acesso aos mercados para a produção de açaí dos agricultores ribeirinhos não-associados. Nesses espaços, surgem novos atores sociais, como por exemplo os intermediários. Estes não possuem vínculo com a Associação A, mas passam diariamente nas residências dos agricultores ribeirinhos para a compra da produção.

Tais atores sociais, mobilizando discursos específicos, se colocam nas arenas sociais de comercialização do açaí de modo a influenciar nas práticas de manejo dos açazais dos agricultores ribeirinhos não-associados, o que, por sua vez, modifica a realidade local como um todo. Corroborando as análises de Kiyota *et al.* (2012), percebe-se nesse contexto que os atores sociais utilizam de estratégias, vinculadas as suas agências, na construção das relações sociais com outros atores sociais em contexto local de trabalho e projeto de vida.

Embora a concorrência entre intermediários e associados-intermediários seja constante na compra do açaí dos ribeirinhos não-associados, em muitos casos, inclusive como os analisados por Schneider & Niederle (2008), os camponeses são influenciados na escolha da venda por vários fatores, como a melhor oferta, a relação de amizade com intermediário, as exigências do mercado, etc. Na realidade da Ilha Guajará de Baixo, os ribeirinhos costumam decidir

para quais intermediários irão comercializar o açaí a depender de suas relações de amizade, pois o preço ofertado por lata não varia entre estes. O associado-intermediário detém a preferência, pois reside na Ilha Guajará e tem maior vínculo de amizade com os ribeirinhos, ao contrário dos intermediários que são oriundos de outras ilhas. A produção comprada por intermediários e associados-intermediários é conduzida para uma rampa à margem direita do rio Tocantins, conhecida localmente como “Porto da Balsa”, situada na vila de Carapajó, onde os intermediários e associados-intermediários desembarcam a produção de açaí.

Nesse local, a produção comprada pelos intermediários é repassada para os representantes das agroindústrias e o açaí comprado pelos associados-intermediários e a produção dos outros associados da Associação A são organizados no galpão dessa Associação A para serem repassados à Cooperativa C. No mesmo dia, o caminhão da Cooperativa C com a carga embarcada dirige-se à sede da agroindústria para o processamento de polpas a serem exportadas.

Para o representante da Associação A, a vantagem nessa parceria entre as organizações sociais é, sobretudo, o acesso aos mercados possibilitado pela Cooperativa C que compra no município de Cametá exclusivamente o açaí dos associados da Associação A. Nesse contexto, é a agência social dos atores associados que permite tal interação e conexão com os mercados. Os laços de confiança são essenciais para a parceria entre Cooperativa C e a Associação A, entretanto, verifica-se que os subterfúgios dos associados-intermediários constituídos na compra do açaí não orgânico podem implicar em uma ruptura dessa confiança. Ademais, a impossibilidade de comercialização direta dos não-associados à

organização social apresenta-se influenciadora da continuidade do poder exercido pelos associados-intermediários para com os não-associados na comercialização de açaí da Ilha Guajará de Baixo.

As possibilidades de acesso aos mercados pelos atores sociais estão diretamente vinculadas às práticas de manejo da biodiversidade. Salienta-se que os não-associados praticam o manejo dos açaizais de modo diferenciado dos associados, ainda que o destino final do produto seja o mesmo: a Cooperativa C. Mobiliza-se, na sequência, os discursos proferidos por esses para compreender também os dissensos acerca da sustentabilidade em torno da comercialização do açaí, no âmbito da práxis.

Ao analisar a percepção dos ribeirinhos não-associados sobre o termo sustentabilidade, é possível notar um maior desconforto na construção de uma resposta à questão que lhes foi lançada. Quando perguntados sobre o significado do termo, alguns, inclusive, não responderam, alegando não saber do que se tratava. Dentre os que responderam, foi mencionado: Manter o açaizal produtivo pra gerar lucro pra gente e selecionar algumas árvores, principalmente madeireira que dei produção pra nós, tipo a ucuúba, a andiroba, pra ter um cultivo lucrativo (Não-associado, nov/2020). Manejar o açaizal para produzir açaí inverno e verão, e gerar lucro com a venda (Não-associado, dez/2020). Expandir o meu açaizal, deixando algumas árvores pra futuramente vender, por que a gente precisa do dinheiro (Não-associado, set/2020).

Na percepção desses não-associados, a sustentabilidade se concretiza na continuidade da expansão dos açaizais para a venda do açaí e na seleção de espécies madeireiras, como a ucuúbeira e a andirobeira, para serem vendidas em toras, nas serrarias locais, na intenção de gerar lucro. É

possível verificar nesses discursos, que se materializam nas práticas de manejo dos açaizais de maior intensidade, que a sustentabilidade ganha importância maior na esfera econômica. Salienta-se que a não participação dos não-associados nos espaços de construção de conhecimentos promovidos pela Associação A e Cooperativa C refletem na prática de manejo intensivo dos açaizais, contradizendo o discurso de que as polpas de açaí produzidas pela Cooperativa C são provenientes de UPF que priorizam o SAFTA.

Nesse sentido, os ribeirinhos não-associados alegam que a dificuldade para atrelar ganhos econômicos e conservação ambiental é justamente a falta de acompanhamento técnico e treinamento no manejo mais sustentável dos açaizais. Dos não-associados, 87% nunca participaram de treinamentos e palestras, assim, praticam o manejo pautando-se nos seus próprios experimentos e conhecimentos. Ressalta-se que a sede da Associação A, localidade onde os técnicos da Cooperativa C realizam as palestras abertas ao público, localiza-se a aproximadamente duas horas de Guajará de Baixo, pela via fluvial.

Um ponto interessante a se considerar é que os associados-intermediários, nas interações com os não-associados fornecedores de açaí, replicam os conhecimentos e práticas adquiridos nas palestras, conforme exposto: *O que eu aprendo sobre preservação eu falo também para as outras pessoas, essas que eu compro açaí* (Associado-intermediário, ago/2020). *Sempre eu falo quando eu vou comprar açaí, a gente conversando eu vou falando da importância de preservar* (Associado-intermediário, ago/2020).

No que se refere às percepções de sustentabilidade das lideranças das organizações, segundo o representante da Cooperativa C, a Cooperativa

materializa a sustentabilidade com propagação do SAFTA nas UPF dos cooperados e de camponeses por toda a Amazônia, que se concretiza com a constante fiscalização, monitoramento das UPF dos produtos orgânicos e assistência técnica. Como observa-se no trecho da entrevista:

A sustentabilidade pra Cooperativa C é transformar as propriedades dos cooperados em estabelecimentos produtivos em harmonia com as lógicas da natureza. Para que isso se concretize a Cooperativa C emprega a tecnologia SAFTA nessas propriedades, presta assistência técnica e monitora constantemente os estabelecimentos. O resultado é produção, segurança alimentar, renda o ano todo, e sustentabilidade da natureza [...] (Representante da Cooperativa C, dez/2020).

No discurso proferido pelo representante da Cooperativa C reflete nas ações da Cooperativa C empregadas nas UPF dos cooperados e dos associados da Associação A. Para Kruehl (2010), a agência social tem essa capacidade de intervir nas práticas dos atores sociais, sendo capaz de modelar e remodelar as estruturas dos domínios.

Foi possível verificar que a Cooperativa C influencia positivamente em várias vertentes da sustentabilidade nas UPF dos associados da Associação A, inclusive a econômica, a qual é alcançada quando a Cooperativa C proporciona renda aos associados com a compra de seus produtos. Percebe-se o alcance da dimensão ambiental com a apresentação e consolidação do SAFTA. Evidencia-se a dimensão social na oferta de produtos do SAFTA para a segurança alimentar das famílias e com a implantação de projetos sustentáveis nas UPF dos associados da Associação A e na sede da Associação A, úteis também aos não-associados. Entretanto, percebe em 62% das UPF dos não-associados baixa diversifica-

ção produtiva, gerando renda basicamente de agosto a dezembro, durante a safra do açaí, realidade que não condiz com os objetivos do dispositivo SAFTA e com o discurso do representante da Cooperativa C. Como comentado anteriormente, justamente nesses espaços de práxis é que se evidencia as limitações da concepção de sustentabilidade construída nos discursos das organizações.

Para o representante da Associação A, entende-se por sustentabilidade: *Apoiar os produtores e incentivá-los a conservar e cuidar da natureza, com as recomendações que são repassadas aos associados, pelos técnicos da Cooperativa C (Representante da Associação A, dez/2020).*

Salienta-se que a responsabilidade de apoiar a materialização da sustentabilidade entre os associados da Associação A acaba sendo atribuída à Cooperativa C e não necessariamente em parceria conjunta entre as duas organizações, como mobilizado no discurso. Para o representante da Associação A, os princípios sustentáveis são disseminados pela Associação A aos associados, com o apoio da Cooperativa C, que disponibiliza os técnicos, para realizarem as palestras, reuniões e incentivarem na conservação do ecossistema de várzea. Todavia, na prática, o que se observa na Ilha Guajará de Baixo, localidade onde os agricultores ribeirinhos se articulam diariamente na safra do açaí com os associados-intermediários da Associação A para a comercialização da produção, é uma paisagem vegetal predominantemente homogênea, na qual predominam os açazeiros.

Desse modo, as riquezas de ecossistema de várzea, como árvores frutíferas, peixes, camarão, pássaros, animais silvestres, diversidade que outrora apresentava-se em abundância, se encontram em quantidade reduzida, entre tais motivos, destaca-se

a derrubada da vegetação para a expansão dos açai-zais, vinculado à produção de frutos para atender o mercado.

Entre passos e percalços no rumo das sustentabilidades, outros projetos são materializados por meio da parceria entre as organizações sociais. No quesito de proteção contra o contágio pela Covid-19, as articulações propiciaram, no ano de 2020, a instalação de um totem de álcool em gel no barracão comunitário da ilha sede da Associação A, onde acontece as reuniões e palestras e a distribuição de máscaras e álcool em gel para os associados. Antecedente à safra do açaí, momento no qual as organizações sociais reúnem associados e não-associados no barracão comunitário para orientação das boas práticas de colheita do fruto, foram distribuídas cestas básicas às famílias associadas.

No mês de julho, às vésperas da safra do açaí, também foram distribuídos os kits de colheita do açaí (paneiro, lona e luva) pela Cooperativa C para os associados da Associação A, com o intuito de melhoria na qualidade de colheita dos frutos da biodiversidade.

Não menos importante, o projeto “banheiro ecológico”, que teve início em 2020, com a instalação de 02 banheiros nas residências dos associados da Associação A, pretende alcançar todos os associados. Os banheiros são construídos com recursos proveniente da parceria entre a Cooperativa C com o governo do Japão. Ademais, o projeto “água tratada”, foi implantado na ilha sede da Associação A, para suprir a demanda de associados e não-associados da comunidade e ilhas circunvizinhas, visto que nas comunidades ribeirinhas de Cameté não se tem sistema de abastecimento de água tratada.

Como percebido, a sustentabilidade concebida pelas organizações se concretiza de distintas formas

no contexto analisado, ainda que com limitações e determinadas incongruências discursivas. Entretanto, fica evidente que os ribeirinhos vinculados diretamente às organizações sociais são os mais beneficiados pelas ações sustentáveis das organizações, enquanto os não-associados se beneficiam parcialmente de alguns projetos.

7. Considerações finais

A Cooperativa C exerce a disseminação de práticas sustentáveis com a implantação do dispositivo SAFTA nas UPF dos associados. Assim sendo, a Associação A em parceria com a Cooperativa C tem papel fundamental na orientação das práticas sustentáveis, na região do Nordeste Paraense, especificamente, em ecossistema de várzea, no município de Cameté – PA. A percepção acerca de sustentabilidade socioambiental é mais sobressalente nos discursos dos associados-intermediários da Associação A que estão inseridos nas reuniões e palestras ministrados por representantes da Cooperativa C. O que reforça a compreensão do papel de consolidação de discursos nas arenas de formação estimuladas pelas organizações. Verifica-se que os princípios sustentáveis são alcançados pelos agricultores ribeirinhos quando inseridos de forma ativa nas organizações sociais, pois são orientados na conservação dos recursos naturais que estão inclusos nos projetos de desenvolvimento dessas organizações. Por intermédio da organização social e através da diversificação das produções agroextrativistas alcançam segurança e soberania alimentar, assim como crescimento econômico com a facilitação do acesso aos mercados para a comercialização dos seus produtos.

Entretanto, a materialização dos discursos dos representantes das organizações ganha contornos distorcidos, pois percebe-se que nem todos os envolvidos na produção de açaí comercializado à Cooperativa C são abarcados na concepção de sustentabilidade dessas organizações. Isso se reflete nas práticas de manejo das UPF dos agricultores ribeirinhos não-associados e na dependência de um único produto de interesse das organizações vinculados à geração de renda, o açaí. Essas incongruências tornam-se mais visíveis quando se percebe que os não-associados não são incluídos nos espaços de reuniões e na possibilidade de venda da produção de açaí diretamente à Cooperativa C. Deste modo, a materialização dos discursos e práticas articulados às organizações sociais não alcança as UPF dos não-associados da Ilha Guajará de Baixo, percebido no desconhecimento da maioria sobre a atuação das organizações sociais e sobre o termo sustentabilidade. Ademais, a compreensão de que o engessamento da certificação orgânica para o acesso a determinados mercados contribui também para os dissensos entre prática e discurso. O fato do açaí que vai para um mercado específico acessado pela Cooperativa C só poder ser orgânico (com selo de) é mais um obstáculo a ser superado pelos agricultores ribeirinhos não-associados de Guajará de Baixo.

De modo geral, esse artigo abre possibilidades para novas pesquisas mais vinculadas a atores sociais não-associados para compreender o que os leva a tal afastamento das organizações sociais. Aponta-se a POA e a análise do discurso como instrumentos teórico-metodológicos potencializadores das análises realizadas e de futuras análises. Como, por exemplo, em outras arenas no Baixo Tocantins, pode-se abordar os discursos dos atores sociais envolvidos nas organizações sociais de pesca para

verificar se de fato os discursos dos representantes das organizações e os dispositivos de sustentabilidade condizem com a prática da pesca sustentável nas comunidades de atuação de tal organização social.

Referências

Araujo, C. T. D. de; Navegantes Alves, L. de F. Do extrativismo ao cultivo intensivo do açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico: sistemas de manejo e suas implicações sobre a diversidade de espécies arbóreas. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 10, 12-23, 2015. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/16397>

Arce, A.; Charão-Marques, F. Desenvolvimento, materialidades e o ator social: orientações metodológicas para aproximações territoriais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 29, 40-65, 2021. doi: 10.36920/esa-v29n1-5

Baia, A. R da. *O surgimento da ASMOPAC e sua influência no acesso aos mercados*. Cameté, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – UFPA, 2019.

Baldin, N.; Munhoz, E. M. B. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). *REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental*, 27, 46-60, 2011. doi: 10.14295/remea.v27i0.3193

Brasil. *Instrução Normativa nº 64, de 18 de dezembro de 2008*. Institui o regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção animal e vegetal. Brasília: DOU de 19/12/2008.

Brondízio, E. S. The amazon caboclo and the açai palm: forest farmers in the global market. *Advances in Economic Botany*, 16, 21-55, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43927654>

Carvalho, E. M.; Garcez, D. Da perspectiva orientada a ator ao processo de mercantilização: o caso da produção de banana ecológica no litoral Norte do Rio Grande do Sul. 2007. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER*. Londrina, 22

a 25 de jul., 2007.

Caregnato, R. C. A.; Mutti, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 15, 679-684, 2006. doi: 10.1590/S0104-07072006000400017

Castro, A. P. de.; Silva, S. C. P. de; Pereira, H. S. et al. A agricultura familiar: principal fonte de desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do projeto PIATAM. In: Fraxe, T. J. P.; Pereira, H. S.; Witkoski, A. C. (Orgs.). *Comunidades ribeirinhas amazônicas modos de vida e uso dos recursos naturais*. Manaus: Editora EDUA, 2007, p. 55-87.

CEPLAC — Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/a-ceplac>>. Acesso em: jul. 2021.

Corrêa, R. B. *Do território recurso ao território abrigo: modo de vida e processo de valorização do açaí no município de Cametá- Pa. Belém, Dissertação (Mestrado em Geografia) — UFPA, 2010.*

Deponti, C. M. O processo de desenvolvimento rural à luz da perspectiva orientada ao ator: o caso da extensão rural brasileira. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER*. Londrina, 13 de nov., 2008.

Farrel, J. G.; Altieri, M. A. Sistemas agroflorestais. In: Altieri, M. (Orgs.). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Editora AS-PTA, p. 282-304, 2012.

González, S. R.; Pereira, V. C.; Solgio, F. K. D. A perspectiva orientada ao ator em estudos sobre desenvolvimento rural. *Perspectivas Rural. Nueva época*, 25, 101-121, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/282303270>

Hiraoka, M. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. In: Furtado, L. G.; Leitão, W.; Mello, A. F. (Orgs.). *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Editora MPEG, 1993, p. 133-157.

Homma, A. K. O.; Nogueira, O. L.; Menezes, A. J. E. A de. et al. *Açaí: novos desafios e tendências*. Embrapa Amazônia

Oriental. *Amazônia: Ciência & Desenvolvimento*, 1, 7-23, 2006. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/578153>

Homma, A. K. O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? *Estudos avançados*, 26, 167-186, 2012. doi: 10.1590/S0103-40142012000100012

IMO — Control do Brasil. *Instituto de mercado ecológico*, 2007. Disponível em: <<http://imocontrol.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: jul. 2021.

Kiyota, N.; Perondi, M. A.; Viera, J. A. N. Estratégia de sucessão geracional na agricultura familiar: o caso do condomínio Pizzolatto. *Informe Gepec*, 16(1), 192-212, 2012.

Konagano, M. 80 anos da imigração japonesa na Amazônia: sistema agroflorestal-uma solução para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. *Inclusão Social*, 7, 51-55, 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/3880>

Kruel, A. J. Contribuições da abordagem orientada ao ator às pesquisas em representações sociais: reflexões a partir do estudo dos compromissos dos gestores públicos municipais. In: *Anais do Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro, 25 a 29 de set., 2010.

Long, N. (Org.) *Development sociology: actor perspectives*. New York: Routledge, 2001.

Long, N. *Resistance, agency and counter work: a the oretical positioning*. In: Wright, W.; Middendorf, G. (Eds.). *The fight over food: pro-ducers, consumers and activists challenge the global food system*, 2007. p. 71-96.

Long, N.; Liu, J. The centrality of actors and interfaces in the understanding of new ruralities: a chinese case study. *Journal of Current Chinese Affairs*, 4, 63-84, 2009. doi: 10.1177/186810260903800404

Long, N.; Ploeg, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. *Rethinking social development theory, research and practice*. England: Longman Scientific & Technical, 1994. p. 62-90.

Medeiros, M. *Diversidade de saberes em situações de interface: a emergência da agricultura de base ecológica entre agricultores familiares no Sul do Rio Grande do Sul*.

Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – UFRGS, 2011.

Medeiros, M. *Sendas da sustentabilidade no desenvolvimento rural: os passos e os percalços da construção de um novo código sociotécnico em campo*. Santa Catarina, Tese (Doutorado em Agroecossistemas) – UFSC, 2017.

Michelat, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*, 5, 191-211, 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1895177/mod_resource/content/2/Guy%20Michelat.pdf

Pereira, M. S.; Witkoski, A. C. Construção de paisagem, espaço e lugar na várzea do rio Solimões-Amazonas. *Novos Cadernos NAEA*, 15, 273-290, 2012. doi: 10.5801/ncn.v15i1.10836

Plöeg, J. D. V der. Revitalizing agriculture: farming economically as starting ground for rural development. *Sociologia Ruralis*, 40, 497-511, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/40138822_Revitalizing_Agriculture_Farming_Economically_as_Starting_Ground_for_Rural_Development

Pompeu, G. do S. dos S. *Sistemas agroflorestais: manejo, sustentabilidade e percepção ambiental dos agricultores de Tomé-Açu, Pará, Brasil*. Belém, Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – UFRA, 2017.

Ratinaud, P.; Marchand, P. Application de la méthode ALCESTE à de “gros” corpus et stabilité des “mondes lexicaux”: analysedu “CableGate” avec IRaMuTeQ. *Actes des 11eme Journées internationales d’Analyse statistique des Données Textuelles*, 3, 835-844, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285890730_Application_de_la_methode_ALCESTE_a_de_gros_corpus_et_stabilite_des_mondes_lexicaux_analyse_du_CableGate_avec_IRaMuTeQ

Rede Globo - Programa Globo Rural. *Sistemas agroflorestais de Tomé-Açu*, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2021/04/24/veja-os-destaques-do-globo-rural-deste-domingo-25042021.ghtml>>. Acesso em: jul. 2021.

Rocha, F. S.; Ferreira, G. H. S.; Silva, T. C. S. R. *et al.* Caracterização de *Fusarium solani* f. sp. *piperis*, produção de fitotoxina e incidência da fusariose no norte de Minas Gerais. *Summa Phytopathologica*, 42, 67-72, 2016.

Schneider, S.; Niederle, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção agrícola. In: Faleiro, F. G.; Farias Neto, A. L. de. (Orgs.) *Savana: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Planaltina, Brasília: Editora Embrapa Cerrados, p. 989-1014, 2008.

Tafner Junior, A. W.; Silva, F. C da. A história emblemática da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu no nordeste paraense. In: *Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Rio Grande do Sul, 21 de set. 2011.

Viana, M. V.; Dubois, J. C. L.; Anderson, A. B. (Orgs.). *Manual agroflorestal para a Amazônia*. Rio de Janeiro: Rebrab, 1996.